

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

LABORATÓRIO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA - UFU	
N.º	~~1202~~
Data	13/01/97

**“ A HISTÓRIA NO ENSINO
FUNDAMENTAL “**

1204

*Núcleo de Estudos de Gênero
Pesquisa sobre a Mulher
NEGUEMIUFU*

Uberlândia/1996

~~1202~~

“ A HISTÓRIA NO ENSINO FUNDAMENTAL “

Professor Orientador Paulo Roberto de Almeida

Aluno: Marcos Antônio Corrêa - 3901471 - 8

Uberlândia/MG

APRESENTAÇÃO

O presente estudo está direcionado para a análise da disciplina de História no Ensino Fundamental. Procuro fazer uma breve historiografia de como a disciplina veio se desenvolvendo, a nível político, didático e metodológico, ao longo dos tempos, mais especificamente do período compreendido entre o Estado Novo até ao então término do período militar.

À Verediana Alves Corrêa
In Memoriam, pelo empenho
de ter dado estudos a seus filhos.

SUMÁRIO

I - INTRODUÇÃO

II - A HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

III - O ENSINO DE HISTÓRIA E SEU CARÁTER POLÍTICO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

IV - A TRADIÇÃO DO ENSINO EUROPEU NA HISTÓRIA ENSINADA E ESCRITA NO BRASIL

V - OS OBJETIVOS DO ENSINO DE HISTÓRIA

VI - A PRÁXIS DO ENSINO DE HISTÓRIA

6.1 - CONCEITO DE HISTÓRIA

6.2 - SUJEITO E FATO HISTÓRICO

6.3 - TEMPO E PERIODIZAÇÃO DA HISTÓRIA

6.4 - O COTIDIANO NO ENSINO DE HISTÓRIA

VII - O ENSINO DA HISTÓRIA COMO COMPREENSÃO DA REALIDADE

7.1 - PORQUE ESTUDAR HISTÓRIA

VIII - CONSIDERAÇÕES FINAIS

IX - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

X - BIBLIOGRAFIA

I - INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação é a intenção de se refletir e analisar a História no ensino fundamental e a forma que ela se apresenta a nível estadual de uma forma geral.

A intenção primeira não era especificamente esta, havia uma outra que era o estudo da América, ou melhor, a forma pela qual a América se apresenta nos livros didáticos; interesse desenvolvido nos primeiros anos de ensino do curso de História.

Houve porém um interesse maior em desenvolver uma pesquisa e uma análise de como a História era ensinada no ensino fundamental, uma vez que há um distanciamento enorme entre teoria e prática no aprendizado a nível de terceiro grau e sua aplicação no ensino fundamental.

Este interesse foi suscitado no princípio da disciplina de Prática I e II, que não só trabalha este assunto, como também discute a problematização em torno das teorias e práticas do profissional de História.

Através dos objetivos propostos para o ensino da História, pode-se constatar a forma concreta e prática com que a escola cumpre a sua finalidade, no contexto de uma determinada sociedade.

Procuro com o estudo da História fazer uma observação de uma posição entre o que está oficialmente proposto e o que é realmente demandado. Buscando com isto, uma discussão em torno do objetivo e da finalidade do ensino da História.

É importante salientar que o estudo apresentado poderia ser melhor aprofundado, uma vez que este assunto não está fechado somente ao ensino de História, mas também se estende a nível das demais disciplinas. É um assunto que propicia uma ampla profundidade em discussões, cabendo a outros pesquisadores buscar o debate.

II - A HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A História e a vida de uma formação social constituem um processo com participação ativa de todos aqueles que são sujeitos e objetos do conhecimento histórico, levando a constantes reinterpretações do trabalho do historiador e, conseqüentemente, da formação social em questão.

A História, como disciplina geral, tem sido pouco considerada nos currículos escolares brasileiros, haja visto que, no processo de desenvolvimento da organização do nosso sistema educacional, o consagrado dualismo (o conservadorismo e o elitismo) tem valorizado a “ História Universal “ (tradicional, acadêmica) em detrimento da “ História do Brasil “. Este procedimento vincula-se no contexto em que as elites brasileiras, através de uma aparente modernização, buscavam uma total identificação com a cultura da Europa. Frutos da forte influência européia, portanto, já despontavam no decorrer do século passado, políticos, profissionais liberais e professores que tentavam escrever trabalhos sobre a História do Brasil. “Essa

elite intelectual eram embasados num positivismo liberal, a historiografia

que aí se iniciava era montada numa História elitista, tradicional, linear e calcada sobre os preceitos positivistas.”(1)

A pouca ênfase com que se caracteriza o ensino da História do Brasil, no entanto, encontrou sua fase de inversão com o período de afirmação do Estado Novo. Dado o nacionalismo da então fase, a História do Brasil, passou a ser mais freqüente nos currículos escolares de então, fato que acabou aparecendo no discurso das elites conservadoras, como sendo um tema maçante e repetitivo. Por estarem concentradas no atendimento de seus interesses em função do modelo político, econômico, essas elites voltavam-se para um estudo baseado na cultura geral e humanística. Como forma de defesa desses interesses, na fala elitista alegava-se que o “excesso” de aulas de HISTÓRIA DO BRASIL poderia desmotivar os alunos para as informações gerais que lhes interessava transmitir.

Esta interpretação elitista acabou por generalizar-se e por tornar-se “proposta concreta” no ante-projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - 1948) e concretizou-se, mais

tarde, com a implantação dos Estudos Sociais nas escolas (Lei n.5.692 de 1971).

“ ... o que é observado hoje na escola pública e privada, inclusive em universidades, não é novo, nem desarticulado, antes possui longa historicidade que nos ajuda a entender porque o ensino de História foi alvo de tantas atenções e preocupações. “ (2)

Não se pretende aqui recuperar toda a trajetória da História enquanto disciplina curricular na educação escolar brasileira, o que não teria nenhum interesse para este estudo. A intenção está em resgatar determinados contextos que permitem, por um lado, desvelar a dimensão política do ensino de História e, por outro lado, revelar que tal potencialidade da disciplina jamais foi desconhecida pelos poderes instituídos, como atestam as políticas educacionais colocadas em vigor no país.

III - O ENSINO DE HISTÓRIA E SEU CARÁTER POLÍTICO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

O ensino de História na educação escolar tem um caráter eminentemente político. O termo “político” poderia ser explicado, ou desenvolvido, da seguinte maneira:

- O Ensino de História é condicionado socialmente; toda e qualquer prática pedagógica no ensino de História está comprometida com uma realidade de história concreta. Isto equivale a dizer que não há professores ou conhecimentos neutros. O professor revela, no cotidiano, ou seu comprometimento com uma dada concepção de homem, sociedade, educação, História, mesmo quando delas não tenha consciência;
- O ensino de História contribui para a formação da consciência do estudante, pois a maneira como ela irá refletir e atuar na sua realidade social sofrerá a influência dos valores por ele introjetados.

O objetivo é evidenciar o caráter político do ensino de História na educação escolar para que se possa, posteriormente, desvelar a dimensão política da concepção avaliativa do professor de História.

“ o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos.” (Marx e Engels, 1986:39) (3)

IV - A TRADIÇÃO DO ENSINO EUROPEU NA HISTÓRIA ENSINADA E ESCRITA NO BRASIL

“ O ensino de História traz marcas profundas, que tiveram como “laboratório” uma forte escola positivista francesa. A abordagem positivista da História é presença, ainda hoje, bastante comum nos programas e livros didáticos de História. “ (4)

Até o início deste século, houve o predomínio, nos currículos das escolas brasileiras, do ensino da “História Universal” em detrimento de uma “História do Brasil”.

A “História Universal” subdividia em História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea, tendo como eixo os acontecimentos políticos da História Européia.

Essa “História Geral”, como ainda hoje é chamada a História, procura dar conta de tudo o que se passou com a humanidade, na pretensão de uma História Total .

Nessa perspectiva, desenvolveu-se a noção de que a História nada mais é que a trajetória da evolução e do progresso do homem. E mais: o local por excelência onde esse progresso ocorreu em primeira instância foi a Europa.

“ A História portanto é tomada como evolução linear, composta por períodos sucessivos, que partindo de um estágio atrasado passou por fases distintas até chegar aos dias atuais, onde o homem se encontra, que é a etapa mais avançada, identificada como progresso tecnológico. Portanto, mais uma vez, é a idéia de Progresso Humano que fundamenta a visão de História. ” (5)

Essa concepção histórica traz a idéia de que a cada etapa “vencida”, a humanidade afasta-se cada vez mais do “primitivismo” e da “barbárie”, caminhando rumo à civilização e ao desenvolvimento. Tal concepção está vinculada à visão da burguesia européia ocidental do século XIX, classe social dominante

constituída a partir da estruturação e consolidação do capitalismo enquanto sistema hegemônico no mundo. O capitalismo representaria, por essa linha de interpretação, o ápice do progresso e do desenvolvimento da humanidade.

Dentro desse “modelo” europeu, a História do Brasil só começou efetivamente a partir do século XV, quando a Expansão Marítima Européia, marco tradicional da História Moderna, fez com que os europeus chegassem a um continente até então desconhecido para eles e que chamariam mais tarde de América.

A partir daí o continente e dentro dele, o Brasil, entraria para História. Nega-se através dessa concepção, a história dos povos que habitavam o continente antes da chegada dos europeus. Esses são chamados de bárbaros, selvagens, primitivos por terem um modo de vida muito diferente daquele que predominava na Europa. Não tinham, até o momento, compartilhado do processo de desenvolvimento pelo qual passara o ocidente europeu. Estavam “atrasados” na História.

Dessa maneira, enquanto disciplina escolar, a História do

Brasil foi tratada como apêndice da História Universal. Apenas quando se introduzia a “História Moderna” é que se falava da História do Brasil, escrita ou relatada nos moldes da colonização portuguesa.

A influência européia, em particular francesa, pode ser percebida não apenas na organização dos programas de ensino, mas também na orientação teórico-metodológica que se procurou dar à disciplina nas escolas brasileiras.

Os livros didáticos de história publicados entre os anos 30/40, momento em que o “Estado Novo” se afirmava no país, capta a intenção de se construir uma “identidade nacional” entre os habitantes do país. (7)

“ Os livros didáticos, através da recorrência de temas como família, história, pátria e civismo, colocaram em circulação no imaginário

infanto-juvenil, arquétipos de pátria, família, nação, povo que, ao serem trabalhados e fixados como conceitos unificadores, contribuíram para apagar ou diluir representações/idéias de diferenças e divisões presentes no social. Construía-se assim, uma imagem de sociedade e de país sob o ângulo da ordem, harmonia e progresso." (6)

Os conceitos de nação e pátria, da forma como apresentados pela Historiografia Oficial Brasileira e difundidos nas escolas através dos manuais didáticos, contribuíram para esconder a realidade social e para a construção de uma imagem de sociedade pacífica e sem conflitos.

Afinal, uma das grandes funções ideológicas do nacionalismo sempre foi a de tentar situar o conflito em algum lugar "fora" da nação. Em outras palavras, o "inimigo" é externo, vem de outro lugar. Busca-se, dessa forma, gerar a passividade de que o questionamento da desigualdade social e de seus desdobramentos representa uma atitude subversiva e anti-patriótica.'

Não é de maneira inocente que, a partir dos anos 60 no Brasil, com a ascensão dos militares ao poder, a disciplina tenha se tornado alvo importante do projeto educacional planejado a partir de 64 e implantado em toda a década, ganhando maior substância em 1971 com a reforma do ensino de 1o. e 2o. grau.

V - OS OBJETIVOS DO ENSINO DE HISTÓRIA

Existe uma realidade social concreta, em constante transformação, e que demanda sempre novas necessidades, as quais estão constantemente redirecionando os objetivos que, por sua vez, irão direcionar a prática educativa.

Nem sempre os objetivos proclamados pelo grupo social que legaliza a escola correspondem aos objetivos e expectativas dos grupos sociais que a freqüentam; nem sempre o sujeito ideal configurado pela escola corresponde aos sujeitos reais que estão na escola; nem sempre a forma como é concebido o ensino corresponde àquilo que se processa durante a prática pedagógica.

Nesse contexto podemos tentar compreender, por um lado, conforme objetivos oficiais, um ensino de História cuja conotação básica é o conhecimento do “passado”, com ênfase nos “vultos” que a construíram, numa relação de tempo cronologizante e estática, com datas precisas e organizadas numa “linha de tempo” que estrutura hermeticamente o processo histórico. Por outro lado,

podemos perceber a oposição existente entre esse ensino, aquilo que os alunos vivem como história, e o que implicitamente eles concebem como História e ensino de História.

O ensino da História é demandado, pela possibilidade que ela enquanto conhecimento, tem de explicar e fazer compreender as relações de contradições existentes na sociedade. Como ela se organiza, quais os seus mecanismos e suas formas de dominação em todos os aspectos do cotidiano onde esse social se corporifica e se concretiza. Na medida em que tal ensino se afasta dessa realidade que envolve professores e alunos, sujeitos sociais que realizam a prática educativa, a História ensinada é percebida por eles como narrativas sobre a História, sobre a realidade.

“ Narrativas tanto mais manipuláveis quanto mais disserem respeito a fatos que já deixaram de existir ” (8)

O ensino da História por esse prisma fica reduzido a um leque de conhecimentos sem significado cujo único objetivo passa a ser o de decorar, memorizar datas, nomes e locais. O objetivo da História,

“enquanto ciência do homem, ciência do passado humano” e não “ciência das coisas e dos conceitos” (9), e, como tal instrumento de análise da realidade, é reduzido a um estudo da História enquanto realidade dada, produto pronto e acabado.

O ensino da História conforme os objetivos oficiais está voltado para a produção de certezas, e não de questionamentos a respeito da própria realidade cujo processo está em construção. Um ensino que vem configurado o conhecimento como absoluto e o aluno como sujeito passivo que deve absorver esse conhecimento.

Essa forma de conceber o ensino da História, fixando os conteúdos em um passado que transparece como determinante do presente, não tem sido capaz de provocar nos alunos uma ação reflexiva que os leve a pensar e a perceber a gênese histórica que explica a sua própria realidade. Os conteúdos que fixam previamente os fatos, as datas, os locais, os personagens, como entidades separadas e independentes, acabam por restringir e limitar a compreensão da complexidade social que os envolve. “ 0

conhecimento representativo impossibilita a apreensão do movimento contraditório e reciprocamente determinado pelo qual um dos termos só pode vir a existir na e pela relação que mantém com o outro, relação que os constitui e os diferencia. Mas não apenas sujeito e objeto constituem uma relação, cada um deles é também um sistema de relações historicamente produzidas." (10)

Acredito que é conhecendo o porque do caminho que podemos entender e compreender melhor a própria caminhada. E, nessa volta, deparando com nossas limitações, acredito também ser possível traçar novos rumos, estabelecer novas direções, visando transformar esta prática.

VI - A PRÁXIS DO ENSINO DE HISTÓRIA

6.1 - CONCEITO DE HISTÓRIA

Normalmente, tal conceito tem sido trabalhado com questões do tipo: “História é...”, não fazendo nenhuma referência à História enquanto processo e movimento. Para os alunos, esse conceito acaba ficando restrito ao estudo das coisas acontecidas e o passado aparece como elemento morto da História.

As questões referentes ao conceito de História são formuladas nas avaliações da seguinte forma: “ Dêem um conceito de História”; ou, ainda, “ O que é História ? “

São consideradas respostas certas aquelas que corresponderem ao que está definido nos livros-textos.

6.2 - SUJEITO E FATO HISTÓRICO

O tratamento dado ao fato histórico se resume a um estudo do acontecimento em torno de um sujeito individual. O fato é descrito de forma isolada e independente de qualquer determinação social. Também o sujeito é apreendido do ponto de vista apenas individual, que promove por vontade própria o acontecimento. O caráter social de classe e a ação do super-homem que, dotado de forças excepcionais, constrói e modifica a história.

6.3 - TEMPO E PERIODIZAÇÃO DA HISTÓRIA

A questão do tempo histórico é trabalhada de forma linear e estática. A sua finalidade se restringe a datar acontecimentos ou demarcar os períodos da História. As questões relativas ao tempo histórico são formuladas no sentido fato ou período.

2.3

O ensino da História na escola de 1o. Grau, tem-se limitado a um processo de transmissão-assimilação de informações que os alunos memorizam em função de avaliações que as computam de forma quantitativa. É a quantidade de informações memorizadas que determina a qualidade do ensino.

O ensino baseado nessas informações , com longas descrições a respeito de fatos e acontecimentos, enfatizando nomes, datas, locais, através de cansativas aulas expositivas, onde o aluno é apenas o “ouvinte atento”, ou através de exercícios coletivos ou individuais, voltados para responder questionários e esquematizar textos dos livros, tem deixado de ser um estudo da realidade social onde os alunos e professores se encontram inseridos e convivem com determinados problemas que precisam e gostariam de compreender melhor.

O ensino da História tem permanecido no aspecto político-institucional, como elemento definidor do processo histórico. Nesse sentido, o fato, o nome, a data ganham destaque, num procedimento metodológico descritivo e informativo, que evita o debate, o

questionamento e a crítica, distanciando, portanto, o que se aprende e o que se vive.

Como resultado, temos um ensino, especificamente o da História, em que o centro da ação pedagógica é o eixo transmissão-assimilação, e a aprendizagem é compreendida como memorização.

O ponto de partida e o ponto de chegada do processo de ensino-aprendizagem devem deslocar-se das coisas prontas e acabadas, para ancorar-se na realidade em construção, que é o próprio mundo onde vivemos, onde nada está definitivamente pronto e acabado, mas tudo se encontra permanentemente de forma provisória.

6.4 - O COTIDIANO NO ENSINO DE HISTÓRIA

Se toda a historiografia está ligada às forças políticas e sociais existentes e todo pensamento o histórico está ligado à posição concreta da vida do historiador, a orientação teórica e a prática pedagógica do professor da disciplina História do 1o. e 2o. Grau na

escola pública poderão ou não refletir essa realidade. Assim, ao nos perguntarmos que História estamos ensinando ? ou, como estamos ensinando a História ?, estaremos, significativamente, questionando toda a montagem da estrutura organizacional que sustenta a situação vigente na escola pública, em relação ao ensino da referida disciplina.

VII - O ENSINO DA HISTÓRIA COMO COMPREENSÃO DA REALIDADE

A produção historiográfica atual, pelo menos algumas de suas linhas, tem apontado os estudos da História no sentido de superar a compartimentalização da realidade social enquanto objeto central de estudo, superando modelos teóricos deterministas e absolutos. Tem procurado pesquisar o seu objeto de análise numa dimensão mais abrangente, problematizando o social, esforçando-se por explicitar uma maior evidência entre o que se pesquisa e analisa e a compreensão da realidade vivenciada, procurando garantir, ao mesmo tempo, a recuperação e a apreensão da História enquanto processo.

Da mesma forma, também o ensino da História na escola deve ter como preocupação central a busca de uma melhor compreensão da realidade presente. Realizar esse objetivo no ensino da História, já nas primeiras séries do l.o. Grau, não se limita apenas a uma nova

estruturação dos currículos, ou a uma renovação dos seus programas de ensino.

Esse procedimento, que tem a sua devida importância na organização e estruturação do processo ensino-aprendizagem escolar, deve ser precedido de uma reflexão mais profunda a respeito da História, sua finalidade e objetivo, a fim de se encontrar uma razão clara para o ensino dessa disciplina na escola. Uma razão que supere o mero cumprimento do currículo escolar; uma razão cuja definição política leve à decisão sobre o que ensinar, considerando nessa decisão o porquê, para quê e a quem ensinar.

A definição do objeto de estudo no ensino da História deve partir, em primeiro lugar, de uma intenção clara de estudar, questionar e problematizar sobre a própria realidade social que os homens vivem enquanto sujeitos sociais, e como tal colocam um problema a resolver, a partir de suas perguntas e indagações.

7.1 - PORQUE ESTUDAR HISTÓRIA

O desenvolvimento da ciência histórica se tem voltado para a elaboração e a produção de um conhecimento, cuja finalidade central tem sido a de fazer com que o mesmo venha contribuir para que se tenha um maior desvelamento e uma melhor compreensão da realidade social, seu objeto básico de estudo. Tal conhecimento visa que os homens com ele instrumentalizados possam posicionar-se como “mais sujeitos” de sua própria História.

Perseguindo o objetivo de desvelar a realidade social, dando à mesma uma explicação cada vez mais ampla, a ciência histórica caminha no sentido de superar o fato de ser apenas o estudo do passado, para se posicionar como ciência que se preocupa com as transformações ocorridas na sociedade, no decorrer do tempo. Essa ciência se tem preocupado muito mais em ser o estudo do homem em sociedade. “ *Ciência da mudança perpétua das sociedades humanas, do seu perpétuo e necessário ajustamento a condições novas de existência*

material, política, moral, religiosa, intelectual. Ciência desse acordo que se realiza, dessa harmonia que se estabelece perpetuamente e espontaneamente, em todas as épocas, entre as condições materiais, condições técnicas, condições espirituais." (9)

A razão de se incluir o passado no ensino da História deve ser determinada não pela morte, mas pela vida. São as questões colocadas pelo presente, e que preocupam os vivos, que devem impelir à necessidade de estudar e compreender o passado. É a necessidade de caminhar para a frente que deve determinar a caminhada de volta. São os olhos no presente que devem direcionar o olhar para o passado. O passado só se tornará inteligível à luz do presente, que, por sua vez, só poderemos compreender melhor com a ajuda do passado.

A História deixa de ser uma imposição do passado sobre o presente, ou uma forma determinista de compreensão deste,

passando a ser o estudo das perguntas que o presente levanta sobre o passado.

Estudo dos problemas do presente, e não de soluções absolutas que devem ser perpetuadas para sempre. Estudo e pesquisa determinados pela necessidade que tem a humanidade de produzir o conhecimento histórico que o presente demanda.

A produção desse conhecimento, bem como a própria organização e estruturação do processo de ensino da História, necessita, pois, superar conceitos tradicionais que levam à definição de conceitos absolutos, impostos sobre os alunos de forma vertical e autoritária. A realidade social, enquanto objeto de estudo da História, não é compreendida a partir de conceitos e certezas que são memorizados; a sua compreensão maior poderá ser conseguida a partir de sua própria problematização. E nessa problematização, necessário se faz superar conceitos limítrofes de homem enquanto realidade apenas individual, de sociedade enquanto apenas sujeitos reunidos, de tempo enquanto apenas cronologia, de espaço enquanto apenas divisão geográfica, de fato enquanto apenas dado

acontecido. É necessário voltar-se para a apreensão do social de uma forma mais abrangente, onde todas as essas coisas estão profundamente entrelaçadas.

VIII - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste segmento é meu objetivo colocar certos determinantes que estiveram presentes durante o desenvolvimento do estudo que, dada a complexidade do contexto social que os envolve, não estão resolvidos e precisam ser retomados e retrabalhados. Estes aspectos articulam-se a partir da relação mais geral que se estabelece entre a questão da formação teórica dos professores da disciplina História do 1.o e 2o. Graus, a “Competência Técnica” e a “Consciência Política” que estes professores devem/podem/conseguem desenvolver nas suas práticas pedagógicas, ou práticas educativas e/ou práticas sociais.

O estudo explicitou a importância das questões, concernentes à prática do ensino de História.

Assim, há uma necessidade efetiva de se repensar a prática avaliativa no ensino de História o que, é claro, deve implicar no redimensionamento de toda a ação pedagógica do professor. No

entanto, a avaliação tem especificidade e, por isso, deve merecer uma reflexão particular, embora não descontextualizada.

Considerando os aspectos já levantados, concluí, ainda, que será somente a partir de uma preocupação que possa vir a ser demonstrada pelo ensino superior com relação à escola pública de 1.o e 2o. Graus, que o ensino de História poderá ser melhor adequado. A necessária integração do ensino superior com a escola pública poderá possibilitar, no caso, que a formação teórica do professor de História do 1.o. 2o. Graus, viabilize uma relação de unidade com a prática pedagógica.

As conclusões emergentes do estudo não pretendem esgotar a discussão sobre a temática. Ao contrário, espera-se trazer elementos que possibilitem a ampliação do debate e possam efetivamente contribuir para o redimensionamento acerca do emprego da disciplina de História, não só a nível de ensino fundamental, bem como a do universitário.

Marcos Antônio Corrêa

IX - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - **AZEVEDO, M. De** - História Pátria: O Brasil de 1831 a 1840. Rio de Janeiro, 1984 - Brasiliense
- 2 - **SILVA, Marcos e ANTONACCI, Maria**. Vivências da Contramão: produção do saber histórico e processo de trabalho na escola de 1o e 2o graus - *Revista Brasileira de História*, São Paulo, V.9, no. 19, 1990, p.9-29.
- 3 - **MARX, Karl e ENGELS, Friedrich**. **A Ideologia Alemã**. 5a.ed. São Paulo: Hucitec, 1986. 138 p.
- 4 - **SOARES, Magda B.** - Avaliação Educacional e Clientela Escolar. In: **PATTO, Maria Helena S.** *Introdução à Psicologia Escolar*. São Paulo, T.A. Queiroz - 1981
- 5 - **NADAI, Elza**. A escola pública contemporânea: os currículos oficiais de História e o ensino temático.

Revista Brasileira de História, São Paulo, V.6, n.o, 1986,

p.99-116

6 - CARVALHO, Anelise M.M. Aprender quais Histórias?

Revista Brasileira de História, V.7, no.13, 1987, p.153- 164

7 - Livros Didáticos dos Anos 30/40 e o Ensino de História.

In: *Revista Cadernos de História. Uberlândia, LEAH, No.*

5, 1995

8 - LE GOFF, Jacques. Memória. In. ENCICLOPÉDIA

EINAUDI; memória - história. Imprensa Nacional -

Casa da Moeda, 1984 - V.1, pg. 11-50

9 - FEBVRE, Lucien. Combates pela História. 2.Ed.Lisboa,

Presença, 1985. Pg. 262

10 - CHAUI, Marilena de Souza. História a contra pelo. In:

DE DECCA, Edgar Salvadori. O Silêncio dos vencidos.

2a.ed. São Paulo, Brasiliense, 1983, pg. 11-28.

BIBLIOGRAFIA

- 01 - AZEVEDO, M. De** - História Pátria: O Brasil de 1831 a 1840. Rio de Janeiro, 1984 - Brasiliense
- 02 - CARVALHO, Anelise M.M.** Aprender quais Histórias?
Revista Brasileira de História, V.7, no.13, 1987, p.153-164
- 03 - CHAUI, Marilena de Souza.** **História a contra pelo. In:**
DE DECCA, Edgar Salvadori. *O Silêncio dos vencidos.*
2a.ed. São Paulo, Brasiliense, 1983, pg. 11-28.
- 04 - ECCO, Humberto** - **Como se faz uma tese.** São Paulo. Ed. Ática
- 05 - FEBVRE, Lucien.** *Combates pela História.* 2.Ed. Lisboa, Presença, 1985. Pg. 262

Revista Brasileira de História, São Paulo, V.6, n.o, 1986,
p.99-116

- 6 - **CARVALHO**, Anelise M.M. Aprender quais Histórias?

Revista Brasileira de História, V.7, no.13, 1987, p.153- 164

- 7 - Livros Didáticos dos Anos 30/40 e o Ensino de História.

In: *Revista Cadernos de História*. Uberlândia, LEAH, No.

5, 1995

- 8 - **LE GOFF**, Jacques. **Memória**. In. **ENCICLOPÉDIA**

EINAUDI; memória - história. Imprensa Nacional -

Casa da Moeda, 1984 - V.1, pg. 11-50

- 9 - **FEBVRE**, Lucien. *Combates pela História*. 2.Ed.Lisboa,

Presença, 1985. Pg. 262

- 10 - **CHAUÍ**, Marilena de Souza. **História a contra pelo**. In:

DE DECCA, Edgar Salvadori. *O Silêncio dos vencidos*.

2a.ed. São Paulo, Brasiliense, 1983, pg. 11-28.

11 - SOARES, Magda B. - Avaliação Educacional e Clientela

Escolar. In: PATTO, Maria Helena S. *Introdução à*

Psicologia Escolar. São Paulo, T.A. Queiroz - 1981